

O AMPARO AOS NEGÓCIOS

José Chrispiniano
Jornalista

Investimentos da Fapesp em empresas privadas já são 8% do total investido em pesquisa pela instituição entre janeiro e setembro de 2002. Multinacionais e grandes grupos nacionais, como a Votorantim, estão entre os beneficiários

O investimento da Fapesp na área de inovação tecnológica, até 1995 praticamente irrelevante, passou a consumir parcela crescente dos recursos da fundação: alcança, de janeiro a setembro de 2002, a quantia de R\$ 50,42 milhões, equivalente a 13,65% das inversões totais da fundação nesse mesmo período.

Quase 60% dessas verbas vai

para a iniciativa privada, por intermédio dos programas PITE (Parceria para Inovação Tecnológica), destinado a grandes empresas, e que envolve necessariamente laboratórios de universidades ou institutos, e PIPE (Programa Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas), cuja finalidade é apoiar pequenos empreendimentos de base tecnológica. O restante é aplicado em programas como Genoma e Biota.

No período janeiro-setembro de 2002, o PITE consumiu R\$ 21,64 milhões, ou 5,6% do investimento total da Fapesp, ao passo que o PIPE respondeu pelo desembolso de R\$ 8,90 milhões ou 2,4% do investimento total. Somados, esses programas representaram gastos de R\$ 30,54 milhões ou 8% de tudo que a Fapesp investiu em pesquisa nesse intervalo de tempo.

A Fapesp diz manter, nos pro-

jetos que envolvem empresas, o mesmo método de avaliação que emprega nas pesquisas de cunho acadêmico: “Todos os projetos da Fapesp, sem exceção, vão para assessores *ad hoc*”, declara o presidente da instituição, professor Vogt, na entrevista publicada nesta edição. Também é mantida a figura do pesquisador coordenador, que é o responsável pelo projeto.

No PITE, a Fapesp financia, a fundo perdido, entre 20% e 70% do valor total dos projetos. A lista de empresas beneficiadas pelo programa, que inclui Votorantim, Embraer, Rhodia e outras desse porte, e a relação de projetos e coordenadores, podem ser consultadas no site da Fapesp — <http://watson.fapesp.br/PITE/pitex.htm>.

O projeto do genoma do eucalipto, desenvolvido pela rede ONSA (sigla em inglês para Organização para Sequenciamento e Análise de Nucleotídeos) e coordenado por Helaine Carrer, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós (Esalq-USP), está sendo financiado por meio do PITE, em parceria com um consórcio de grandes empresas do setor de papel e celulose.

Neste projeto, as empresas investem R\$ 1.005.000,00 e a Fapesp US\$ 530.000,00. A iniciativa privada entra em reais e a Fapesp em dólar, assumindo o risco cambial do financiamento. Outro aspecto passível de contestação reside no uso do conhecimento gerado pelo projeto. “A informação gerada pela rede ONSA-AEG não estará dispo-

nível imediatamente ao público”, diz o texto disponível no site da Fapesp. “Esse tempo será necessário para a ampla exploração das informações e desenvolvimento de patentes.” Não existe indicação sobre quando a pesquisa, financiada com um misto de recursos públicos e privados (mais aqueles do que estes), tornará seus resultados mais públicos que privados.

Na área de farmacologia, a Fapesp financia a maior parte de uma pesquisa para desenvolvimento de novos medicamentos anti-hipertensivos, realizada conjuntamente pelo Instituto

Uma pequena empresa pode receber, por meio do PIPE, financiamento de até R\$ 375 mil, para projeto de inovação

de Ciência Biomédicas (ICB-USP) e pelos Laboratórios Biosintética Ltda. A instituição pública investiu US\$ 474 mil, enquanto a empresa desembolsou R\$ 400 mil.

Há projetos que envolvem menores quantias, como o coordenado pela professora Stela Bertholo Piconez, da Faculdade de Educação (FE-USP), desenvolvido de 1996 a 1998 com a finalidade de alfabetizar funcionários da multinacional Nestlé. A megaempresa entrou com R\$ 104 mil, enquanto a Fapesp investiu R\$ 37 mil.

No outro programa, PIPE, a Fapesp fornece recursos a fundo perdido para o surgimento de pe-

quenas empresas de base tecnológica, e para atuação de pesquisadores dentro destas companhias, inspirando-se no programa “Small Business Innovation Research”, da agência norte-americana National Science Foundation. O tipo de recurso oferecido pela Fapesp é conhecido no setor como *seed money*, a “semente” que permite a esta pequena empresa, que surge em torno de um produto ou serviço novo, desenvolver um protótipo ou iniciar uma produção em moldes inovadores.

Os projetos envolvem um financiamento inicial de até R\$ 75 mil. Num segunda fase, poderá ser liberado um novo financiamento de até R\$ 300 mil. Na terceira fase, a Fapesp deixa de investir recursos próprios, mas se oferece para estabelecer contatos entre a empresa financiada e grandes empresas de capital de risco, como a Votorantim Ventures. A absorção por essas grandes companhias é o objetivo de muitas destas empresas.

Muitas das empresas financiadas pelo PIPE são ligadas a incubadoras de empresas de base tecnológica, como o Cietec, que funciona dentro da Cidade Universitária, em um prédio cedido pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen). O Cietec é uma sociedade civil sem fins lucrativos, criada em 1998 pela Secretaria da Ciência e Tecnologia, a USP, o IPT, o Ipen, a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Sebrae-SP, principal financiador da incubadora. Representantes destas entidades, e do Ministério da Ciência e Tecnologia, compõem seu Conselho Deliberativo.

Uma das questões suscitadas é qual a disposição real do chamado capital de risco em investir no setor. “O problema do capital de risco (*venture capital*) aqui no Brasil é que está começando e quer tudo menos risco”, afirma Maurício Susteras, consultor científico do Cietec. “Eles querem algo que já passou pelo risco tecnológico, no máximo correm o risco comercial. O capital de risco faz grande investimentos, de milhões de reais. Mas são poucos casos”. Somente duas das empresas incubadas pelo Cietec foram contempladas por esse tipo de capital até agora.

Existem no Cietec 75 empresas com uma grande diversidade de projetos, nem todos oriundos de universidades e institutos de pesquisa. Incluem desde uma máquina automática de alisamento de roupa até pesquisas para um processo de enriquecimento de gemas. Expressivo número de empresas incubadas atua na área de *software*. Uma empresa, a SunPower, transformou-se na organização não governamental (ong) Sociedade do Sol (www.sociedadedosol.com.br), para promover o uso do aquecedor solar de baixo custo, que usa energia solar para aquecer água.

A incubadora recebe os projetos e presta assessoria na montagem de um plano de negócios, nas áreas jurídicas de marketing, propriedade intelectual e outras. “Para entrar tem que ser inovador e mostrar que precisa da universidade e dos institutos localizados no campus”, explica Sérgio Risola, gerente do Cietec.

Parte do auxílio prestado pelo Cietec consiste na busca de financiamento junto a entidades como a Fapesp e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), e em fundos setoriais, como o Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural (CT-PETRO). As empresas também se utilizam do programa de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas (RHAE), do CNPq, que concede bolsas para pesquisadores trabalharem em projetos dentro de empresas.

O consultor Susteras, responsável pelo relacionamento do Cietec com as agências de fomento à pesquisa, informa que hoje a incubadora tem 18 empresas no PIPE. “Uma coisa que eu obrigo o incubado a fazer no PIPE é um acordo de propriedade intelectual com o pesquisador coordenador, e se ele é ligado à universidade, ela também é remunerada”, relata.

“Os coordenadores de projeto não podem ganhar. Que acontece hoje? Eles são sócios da empresa. É o famoso jeitinho”, diz S. Risola, do Cietec

Todos estes projetos baseiam-se na idéia de que seria missão da Fapesp e das universidades engajar-se na geração de empresas e produtos. “A função de um organismo de fomento é auxiliar a sociedade. E as pesquisas, enquanto não forem



O IPEN, que abriga o Cietec

transferidas, se tornam apenas pesquisas”, opina o professor Vahan Agopyan, do Conselho Superior da Fapesp. “Essa linha de pensamento começou no fim do século XX, mas tem uma lógica. Que as pesquisas não sejam para prateleiras.

Eu compartilho essa idéia. Nós como universidade temos que mostrar que somos muito mais do que ‘dadores de aula’”.

Argumentação semelhante é sustentada por Susteras: “Se você pensar em termos sociais a universidade gera muito conhecimento, mas poucos serviços e produtos. E a incubadora gera empregos, renda”, acredita. Ele considera que os investimentos da Fapesp nestas empresas retornam à sociedade. “Um beneficiado do PIPE mostrou que o ICMS que ele gerou já deu retorno, com lucro, para o Estado. O que ele recebeu da Fapesp não é a fundo perdido, então”.

Daniel Garcia



A lógica embutida nessa linha vai além do mero incentivo às empresas: os docentes são estimulados a se tornarem docentes-empresários ou mesmo só empresários, transformando o produto de sua pesquisa em *know-how* e deixando a universidade, como no caso dos criadores das empresas Scylla e Alellyx, que surgiram a partir do Projeto Genoma.

Atualmente há impedimentos legais à existência do docente-empresário, principalmente quando se trata de docente contratado em regime de dedicação exclusiva, e ao uso dos laboratórios da universidade para finalidades de empresa. “Os professores coordenadores de projeto não podem ganhar nada, nem ser remunerados. Mas a Lei de Inovação vai mudar isso. O que está acontecendo hoje? Eles já são sócios da empresa, estão sendo remunerados. É o famoso jeitinho”, declarou abertamente Sérgio Risola em

OS PLANOS DO CIETEC

O Cietec, que parece estar em rápida expansão, recentemente montou um conselho consultivo formado por representantes de grandes empresas nacionais e multinacionais: Multibrás, Votorantim, Sun Microsystems, Siemens, Intel e Banco Pactual. Será inaugurada em 2003 uma expansão da incubadora, o Núcleo do Parque Tecnológico, dentro da área do Ipen, na Cidade Universitária, em São Paulo.

Haverá espaço para 20 empresas, já não mais incubadas mas atuando no mercado, com 300 m² de área para cada uma. A idéia é que o Núcleo do Parque Tecnológico ofereça serviços que atualmente o Cietec é incapaz de oferecer. A necessidade de sigredo no processo de desenvolvimento de inovações é apresentada como justificativa para a criação do Núcleo: “Desenvolver um projeto corporativo empresa-universidade no laboratório da universidade, não há sigilo. Então se precisa de um espaço maior”, afirma o consultor Mauricio Susteras.

Os planos do Cietec são ambiciosos. Como o nome já antecipa, o Núcleo seria apenas parte de um projeto maior, imobiliário, denominado Parque Tecnológico de São Paulo, situado fora, mas perto do campus da USP, reunindo empresas de alta tecnologia que se beneficiariam da proximidade umas com as outras e delas com a universidade.

Duas áreas são consideradas de grande potencial para abrigar o Parque Tecnológico. Uma na Avenida Politécnica, a outra onde atualmente se encontra o Ceagesp. Esta última foi recentemente doada à Fapesp pela União Federal, por ocasião do quadragésimo aniversário da fundação.

palestra no Instituto de Geociências, no dia 21 de novembro.

“A lei vai permitir que o professor saia temporariamente da universidade sem prejuízo”. É justamente para remover restrições e regulamentações da relação entre a universidade e a iniciativa privada que está em tramitação no Congresso Nacional a chamada Lei de Inovação, que permite que se abram as portas da universidade pública para projetos empresariais, inclusive com “arrendamentos” de laboratórios universitários, e que o docente se ausente da instituição para dedicar-se a projetos privados sem nenhum prejuízo para a sua carreira acadê-

mica ou para a contagem de tempo para aposentadoria.

O projeto de lei nasceu no Ministério da Ciência e Tecnologia e conta com o *lobby* da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos em Tecnologia Avançada (Anprotec). A eventual aprovação da Lei da Inovação no Congresso, contudo, não afetaria diretamente as universidades estaduais paulistas (USP, Unesp e Unicamp). Seria necessária uma lei similar na Assembléia Legislativa. Projeto neste sentido, segundo Susteras, já existe e será apresentado aos deputados estaduais caso seja aprovada a lei federal.